

CB DEBATE

Seminário Desafios 2026, realizado pelo **Correio**, no dia 10, prevê a discussão de formas para a economia avançar reduzindo desigualdades a longo prazo

Caminhos para crescer com justiça social

» PEDRO JOSÉ*

As discussões sobre crescimento econômico com justiça social avançam em meio a diagnósticos que apontam a necessidade de políticas públicas mais efetivas, de acordo com especialistas.

O cientista social Luciano Gomes dos Santos, ressalta que "políticas públicas só conseguem distribuir resultados econômicos de maneira equilibrada quando combinam ações imediatas e estratégias estruturantes." Professor do Centro Universitário Arnaldo Janssen (UniArnaldo), ele lembra que programas de distribuição de renda, acesso à saúde e educação infantil reduzem desigualdades imediatas, mas investimentos em infraestrutura, qualificação e apoio a pequenos negócios é que ampliam oportunidades duradouras e ajudam a diminuir o fosso entre os mais ricos e os mais pobres de forma mais duradoura.

Contudo, o pesquisador reconhece que o financiamento dessas políticas depende de mudanças no sistema tributário. "Os governos precisam de um sistema mais progressivo e eficiente, capaz de combater a evasão fiscal e distribuir melhor o peso dos impostos", defende. Ele adiciona outro ponto que considera essencial: a adoção de políticas ativas de emprego, que conectem trabalhadores a vagas e ofereçam requalificação.

Em relação às desigualdades estruturais, o professor afirma que instrumentos fiscais e de crédito podem estimular a inclusão sem



limitar a expansão produtiva. "É essencial combinar políticas fiscais progressivas, investimentos em infraestrutura social e ampliação do acesso a recursos produtivos como crédito, tecnologia e qualificação profissional. Isso é importante porque a desigualdade na região é estrutural e exige ações sobre múltiplas frentes, desde o mercado de trabalho até o sistema tributário", afirma.

Decisões do governo mais estratégicas sobre investimentos moldam diretamente o acesso da população às oportunidades econômicas e essas escolhas impactam, de forma direta, grupos mais vulneráveis e regiões com baixo dinamismo produtivo.

O professor ainda reforça que modelos de desenvolvimento que articulam inclusão e produtividade são aqueles que unem políticas industriais, inovação e ações voltadas a trabalhadores e segmentos historicamente marginalizados.

Prioridades

A definição de prioridades em políticas de justiça social envolve a convergência de interesses do Estado, do setor privado e da sociedade civil organizada, destaca o economista Maurício F. Bento, professor de economia internacional na

Hayek Global College. E, para isso, é importante embasamento em estudos de organismos multilaterais que destacam educação, inovação e sistemas tributários progressivos como bases para equilibrar competitividade e redução de desigualdades.

De acordo com Bento, políticas sociais focalizadas e políticas econômicas horizontais podem caminhar juntas, porque as horizontais melhoram as condições gerais para os negócios, enquanto políticas sociais focalizadas levam recursos a quem mais precisa com custos controlados. Além disso, ele enfatiza o papel dos investimentos públicos como catalisadores de inclusão econômica, além de elevar a qualidade da mão de obra e aumentar a produtividade. "Os modelos de desenvolvimento eficazes dependem de clareza institucional. O Estado precisa garantir segurança, justiça e serviços básicos, enquanto empresas e sociedade devem ter liberdade para empreender, investir e inovar", defende.

Esses temas estarão incluídos no Seminário CB Debate Desafios 2026: o protagonismo do Brasil no cenário mundial, que será realizado pelo **Correio**, dia 10, a partir das 8h30, na sede do jornal. A programação inclui, por exemplo, o painel *Caminhos para um desenvolvimento econômico com justiça social*. O evento contará com transmissão ao vivo nas redes sociais do **Correio**.

*Estagiário sob a supervisão de Rosana Hessel

FINANÇAS

Pix bate novo recorde de transações

» WAL LIMA

O sistema de pagamentos instantâneos do Banco Central, o Pix, alcançou mais um marco histórico na sexta-feira (5) ao registrar o maior volume diário de operações desde a sua criação. Pela primeira vez, o número de transações ultrapassou a barreira de 300 milhões em apenas 24 horas.

Conforme os dados divulgados, ontem, pela autoridade monetária, foram realizadas 313,3 milhões de transferências para usuários finais ao longo do dia. O fluxo financeiro também atingiu patamar inédito, com R\$ 179,9 bilhões movimentados no mesmo período.

Em nota, o órgão destacou ainda que o desempenho reforça o papel do Pix como uma das principais estruturas digitais do país, essencial para a dinâmica das atividades econômicas.

Até então, o maior registro de transações via Pix havia ocorrido em 28 de novembro, data marcada pela Black Friday e pelo prazo final para o pagamento da primeira parcela do 13º salário, quando o sistema contabilizou 297,4 milhões de operações em um único dia.

Lançado em novembro de 2020, o Pix encerrou o mês de novembro com 178,9 milhões de usuários cadastrados, segundo as estatísticas mais recentes.

Desse total, 162,3 milhões são pessoas físicas e 16,6 milhões são empresas. Em outubro, o volume financeiro acumulado pelas transações já somava R\$ 3,32 trilhões.

Na quinta-feira passada, o BC fez um anúncio a representantes do mercado financeiro que decidiu abandonar a elaboração de regras específicas para a modalidade conhecida como Pix Parcelado.

Brasil S/A por Antonio Machado

machado@cidadebiz.com.br



Muita conversa fiada

A política brasileira vive um paradoxo evidente. Fala-se muito de crescimento e modernização, e, entretidos por irreverências, nunca estivemos tão longe dos temas que realmente determinam o futuro.

O noticiário recente — tanto em torno do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) quanto da oposição à sua reeleição em 2026 — revela a disputa de prioridades do presente, enquanto a nova economia global acelera na direção que exige visão estratégica, programa mirando 2027-2030 e coordenação.

Não se trata de negar avanços. Trata-se de fazer a pergunta-chave: estamos discutindo o que é crucial para colocar o Brasil no caminho da prosperidade ou estamos desperdiçando nosso tempo que poderá ser irrecuperável? O narcisismo político também explica o nosso atraso.

As manchetes anunciam medidas em tese corretas, mas insuficientes, como a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda (IR) e o reforço de programas sociais, e outros nem isso, tipo as canetas das ministros togados na ordem constitucional. Tais iniciativas podem influenciar o ânimo do eleitor, mas não mudam a trajetória estrutural do país.

A política parece confortável com o PIB crescendo de 2% a 3% ao ano, embora o ritmo necessário para escapar da chamada "armadilha da renda média," quando um país desacelera e fica imobilizado, exija algo mais próximo de 4% a 5% por ano a fio. Isso não nos atende.

Comemoramos o alívio de curto prazo, enquanto os países emergentes que saltaram do subdesenvolvimento para o pelotão das sociedades prósperas — como Vietnã, Índia, Indonésia e Coreia do Sul, para não falarmos da China — entregam taxas duas vezes maiores, alavancadas por tecnologia, indústria avançada e investimentos coordenados.

Aprendendo com os contrastes

O contraste internacional é instrutivo. A Coreia do Sul decidiu instalar 260 mil servidores (GPUs) Nvidia Blackwell, topo de linha dos semicondutores, para construir uma infraestrutura nacional de inteligência artificial (IA) integrada às suas cadeias produtivas.

Os Estados Unidos reconstroem seu poder industrial em torno de deep tech, mineração avançada, semicondutores de nova geração e manufatura automatizada. Índia e Sudeste Asiático tratam IA, biotecnologia e computação em nuvem como pilares de soberania.

Até a Europa, pressionada pela estagnação econômica e política, tenta reorganizar sua competitividade com um consenso industrial ativista. Todos compreendem que a disputa econômica moderna não é por setores tradicionais, mas por plataformas tecnológicas que já estão moldando o mundo dos próximos 10 a 20 anos.

Não estamos condenados ao passado. Temos energia abundante, água, minerais críticos, base digital e um mercado de consumo de massa potencial. O que falta não é matéria-prima; faltam prioridades.

Hoje investimos 17% a 18% do Produto Interno Bruto (PIB), US\$ 390 a US\$ 420 bilhões por ano, considerando o PIB de US\$ 2,3 trilhões. Para mudar a estrutura produtiva, a taxa de investimento deveria estar acima de 21% do PIB, adicionando mais US\$ 200 bilhões a US\$ 300 bilhões anuais ao total investido, entre aportes privados, públicos e estrangeiros.

É perfeitamente possível: investidores institucionais e grandes empresas globais buscam vantagens energéticas e ambientais, além de estabilidade política, segurança jurídica e mercado volumoso. Mas não colocarão capital onde falta estratégia de curto e médio prazo.

Pacto pelo crescimento

Nada disso acontecerá se continuarmos consumindo energia política em movimentos táticos, voltados mais para vencer eleições do que para alcançar o futuro. Transferências se fazem necessárias pelo deficit social histórico devido à falta de progresso compartilhado, mas não podem ser confundidas com estratégia de desenvolvimento.

Transferência de renda minoria a pobreza, sem expandir a geração de riqueza nem aumentar a produtividade. Falta anunciar com clareza: a estagnação não será superada distribuindo o que já foi construído. Será superada criando o que ainda não temos.

Por isso, o país precisa moldar um grande acordo de crescimento. Um pacto que une inclusão social e avanço tecnológico; que transforme a vantagem energética em plataforma de manufatura eletroeletrônica; que integre IA aplicada à mineração, à indústria, à agricultura e à saúde; que capacite milhões de engenheiros e técnicos por ano e que coloque metas claras de capacidade computacional e produtividade.

Em suma: um pacto para o país ser destino estratégico de capitais, e não um ponto de evasão por desalento de nossos talentos.

Recuperando o tempo perdido

Há outro ponto essencial, especialmente no calendário político que se avizinha. Daqui até outubro, nada relevante deverá sair nem do governo nem do Congresso. O debate vai estar capturado por cálculos eleitorais, agendas identitárias e disputas alheias ao avanço de que o país necessita. Será um longo intervalo de ociosidade política, mas que pode ser aproveitado de forma produtiva.

Este é o momento para organizar, formular, debater e consolidar um caminho para apresentar à política e às elites decisórias.

Um mapa que inclua a redução programada e sistemática da carga tributária; a eliminação de custos supérfluos que travam o empreendedorismo tal como mapeado pelo MBC no programa Custo Brasil; e, sobretudo, uma estratégia agressiva para reduzir o ônus do crédito sem artifícios e desonrar a eletricidade, tudo visando expandir o investimento.

Plano existe, falta é vontade

Nada disso exige espera. Depende de gente qualificada, coordenação e vontade de disputar a agenda nacional. O que está em jogo agora é maior do que um ciclo eleitoral. Trata-se de uma convergência rara.

IA, energia limpa, novos insumos, manufatura avançada, geopolítica estão reorganizando a economia mundial. Quem assumir posição para os próximos cinco anos colherá dividendos por décadas; os demais amargarão estagnação permanente.

A inspiração é a que norteou os países que escaparam da armadilha da renda média: ter foco, prioridade e um pacto que sobreviva às alternâncias de poder. Empresariado, universidades, investidores e a sociedade civil devem ser protagonistas do projeto que não nasce de Brasília, mas é apresentado a Brasília com alta convicção e pressão organizada. Se não for agora, quando será?

Dá para fazer. O Brasil pode crescer, produzir e liderar mais. Mas precisa discutir o que importa. Ainda há tempo para reaver o rumo — se tivermos coragem de elevar o debate ao patamar da disputa global e afastar os "encostos" que atazanam a política.

O país não está condenado à mediocridade; está apenas à espera de um projeto, que já existe, para se reconciliar com o seu potencial de grandeza.



Brasília-DF, 07/12/2025

Prêmio Mérito Imobiliário reconhece personalidades e avanços no setor

A noite da última quinta-feira (4) foi de homenagens e agracimento às personalidades de diversas áreas que contribuíram para o fortalecimento e expansão do mercado imobiliário do Distrito Federal. Iniciativa da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário (ADEMI DF), a terceira edição do Prêmio Mérito Imobiliário reconheceu a atuação daqueles que trabalharam em temas que trouxeram impacto positivo para o segmento: foram agraciadas 10 das personalidades que fizeram diferença em 2025.

Para a entrega da láurea, a entidade reuniu empresários, dirigentes de entidades da construção, autoridades do

poder Executivo e Legislativo, parceiros e profissionais do setor no restaurante Rubaiyat, em Brasília.

O Prêmio Mérito Imobiliário traduz o agracimento da ADEMI DF àqueles que contribuíram para a melhoria da qualidade de vida de toda a população em iniciativas associadas ao mercado imobiliário. Setor estratégico na indústria da construção, o segmento tem efeito decisivo na economia e no desenvolvimento do DF pela criação de empregos, geração de renda, arrecadação de tributos e estímulo a outros segmentos industriais, assim como pelo provimento de moradia digna.

Foto: Nina Quintana



SCIA Quadra 11, Conjunto 2, Lote B - Guará - Brasília/DF - Fone: (61) 3328-7597

E-mail: ademidf@ademidf.com.br

Acompanhe: www.ademidf.com.br | @ademidf